

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	17
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	50
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	52
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	54
10.5 - Políticas contábeis críticas	56
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	57
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	58
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ademais, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, a Companhia adota, entre outros, as seguintes políticas:

- 1) Política de Contratação de Empresas Médicas: A Companhia possui uma Política de Contratação de Empresas Médicas, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 pela Vice-presidência médica da Companhia. Essa política objetiva estabelecer as regras e os procedimentos a serem seguidos para a contratação de empresas médicas, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos serviços prestados.
- 2) Regimento Interno do Comitê Médico: A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, o Regimento Interno do Comitê Médico. O regimento tem por objetivo estabelecer as regras de funcionamento deste comitê, que é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê Médico deve ser chamado a opinar, previamente, sobre questões que afetem as operações da Companhia e de suas controladas que envolvam atividades relacionadas à prática médica.
- 3) Políticas da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação. A Companhia implementou, em novembro de 2012, uma Política da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação, composta por um conjunto formal de regras e diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia. Essa política tem por objetivo (i) garantir confidencialidade, integridade e autenticidade da informação; (ii) aperfeiçoar mecanismos para segurança da informação; (iii) assegurar que as informações sejam prontamente identificáveis e recuperáveis de acordo com sua aplicação; (iv) controlar informações geradas na organização; e (v) garantir adequada utilização da tecnologia da informação.
- 4) Política de Suprimentos: A Companhia possui uma Política de Suprimentos, cuja finalidade é estabelecer princípios básicos, atribuições, responsabilidades e procedimentos para solicitação e aquisição de produtos, bens e serviços, em todas as modalidades, com aplicação em todas as empresas do grupo Alliar e seus setores.
- 5) Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
- 6) Canal para denúncias (hotline): A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente, autônomo e imparcial disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
- 7) Adequação dos Controles Internos: A Companhia está robustecendo a sua área de controles internos a fim de se adequar aos procedimentos e prazos que deve observar em virtude de se tornar companhia aberta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, a novas leis e regulamentações, aos operadores de planos de saúde e a questões reputacionais, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

As políticas adotadas pela Companhia são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

- 1) Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia: (i) a verificação de licenças e alvarás necessários para as operações da Companhia; (ii) a verificação de certidões de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) a revisão de todos os contratos de locação da Companhia de forma a garantir a renovação dos contratos, avaliando se há a necessidade de ingressar com ações renovatórias; (iv) o acompanhamento e avaliação sobre o cumprimento da Política de Contratação de Empresas Médicas; (v) o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia; e (vi) o acompanhamento das contingências judiciais e administrativas da Companhia, com avaliação dos riscos envolvidos, principais decisões e eventual necessidade de mudança de prática.
- 2) Monitoramento de Resultado e Ações de Melhoria: O programa SIGA – Sistema Integrado de Gestão Alliar, reúne 80 requisitos em quatro categorias, Agendamento, Comercial, Experiência do Cliente, Processos e Produção, Qualidade e Segurança, estabelecendo um padrão de referência e medição periódica das práticas e KPIs da Companhia em cada unidade, resultando numa classificação de desempenho, SIGA Bronze, SIGA Prata e SIGA Ouro.
- 3) Monitoramento de Qualidade e Segurança: A Companhia adota diversos métodos para monitorar seus resultados e buscar um melhor desempenho. A companhia adquiriu creditações concedidas pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). Por meio de procedimentos periódicos de avaliação integral da qualidade do serviço oferecido pela Companhia, em que são avaliados aspectos de estrutura, processos e resultados, a Companhia adquiriu ao longo dos últimos anos certificações de Nível 3. Para que os certificados emitidos pela ONA sejam obtidos e mantidos, a Companhia deve (i) revisar de maneira sistemática suas estratégias; (ii) manter profissionais com capacitação compatível com a atividade; (iii) analisar o desempenho de seus fornecedores; (iii) possuir planos de contingência; (iv) monitorar seus resultados e promover ações de melhoria; e (v) cumprir a legislação vigente e ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta.
- 4) Segurança da Informação. Por meio da Política de Segurança, todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial. Além disso, conforme previsto no Código de Conduta, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus procedimentos, buscando orientações da área jurídica da Companhia quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.
- 5) Relacionamento com Terceiros. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

- 6) Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas de anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito da Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
- 7) Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- 8) Supervisão de Práticas Médicas: A supervisão e definição de práticas médicas e padrões de qualidade são realizadas pelo Comitê Médico da Companhia, que possui as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) fixar diretrizes e políticas das práticas médicas da Companhia, com exceção da remuneração dos médicos, que caberá ao Conselho de Administração; (ii) indicar, supervisionar e solicitar a substituição do Diretor Médico da Companhia, decisão que deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) definir os padrões de qualidade dos exames médicos oferecidos pela Companhia e por suas controladas ou coligadas, considerando-se os equipamentos que a Companhia possui ou venha a possuir; (iv) controlar a observância das normas éticas regulamentares da profissão médica; e (v) definir os equipamentos que deverão ser adquiridos pela Companhia ou por suas controladas ou coligadas, respeitadas as necessidades médicas. Ainda, o diretor médico de cada unidade realiza uma revisão estatística dos laudos realizados na sua respectiva unidade, garantindo, por meio de uma mostra, a qualidade dos laudos expedidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

A Companhia possui, dentre outros, os seguintes comitês:

Comitê de Ética

A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance

A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 5 (b) (ii) acima.

Comitê Médico

O Comitê Médico da Companhia, instituído em 2011, possui um caráter de funcionamento permanente, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria de Companhia. O Comitê é composto por 7 (sete) membros, sendo a maioria médicos e todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais serão majoritariamente pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa. Caberá aos acionistas o direito de indicar 5 (cinco) membros do Comitê Médico, sendo (a) 4 (quatro) membros indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa, os quais deverão ser médicos radiologistas e (b) 1 (um) membro indicado pelos FIPs Pátria. Os demais 2 (dois) membros do Comitê Médico serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

Comitê de Aquisições

O Comitê de Aquisições, instituído em 19 de maio de 2011, é um órgão de assessoramento e instrução permanente cujas competências envolvem o auxílio na coordenação e na avaliação de aquisições de novas sociedades pela Companhia. Tal atividade tem por fim mitigar os riscos que a Companhia está exposta ao combinar a estrutura operacional com as novas investidas.

O Comitê de Aquisições é constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) indicados pelos FIPs Pátria, 2 (dois) indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa e 2 (dois) eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais signatários do acordo de acionistas.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos de todas as áreas e departamentos da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. A responsabilidade primária pelo gerenciamento de risco e manutenção dos controles internos é de cada área da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é supervisionada pelo Conselho de Administração, que tem por missão também assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. A Administração da Companhia elabora planos anuais de auditoria e os aplica como uma forma de avaliar os mecanismos de controle.

Um outro meio objetivo de verificação da eficácia das políticas de gerenciamentos de riscos se dá pelo programa SIGA que avalia cada unidade por meio de 80 requisitos, resultando numa classificação de desempenho: SIGA Bronze; SIGA Prata e SIGA Ouro. Tal classificação indica à administração da Companhia os focos de atenção na gestão de cada unidade.

Por fim, para manter os padrões e certificações concedidos pela ONA, a Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1, que se reúne mensalmente, nos quais são discutidos todos os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de liquidez, de resultado devido a oscilações de taxas de mercado e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)

Risco de taxas de juros: Para garantir a proteção patrimonial a administração mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando, desta maneira, parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A Companhia apresenta, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos vigentes na data mais próxima da divulgação destas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

demonstrações financeiras, sendo a data utilizada de março de 2020, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 6,04%, o CDI em 4,40% e Libor em 1,66. O "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI + 1,10% a 4,68%	375.102	375.102	379.228	383.354
Libor + 3,59%	3.411	3.415	3.425	3.439
TJLP + 5% a 5,7%	481	480	488	496
Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva)				
Indexador				
CDI + 1,15% a 1,7%	219.108	219.108	221.518	223.928
	598.102	598.105	604.659	611.217
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador				
78% a 97% CDI	(45.013)	(45.013)	(45.508)	(46.003)
Exposição líquida	553.089	553.092	559.151	565.214
Aumento (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	3	6.059	12.122

Risco de taxa de câmbio: A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Moeda estrangeira USD		
Capital de giro	226.367	62.382
Leasing e financiamento de equipamentos	3.411	7.343
Fiança	41	25
(-) Custo de captação	(12)	(32)
Total	229.807	69.718

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 4,20, estimado para 31 de dezembro de 2020, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus do dia 6 de março de 2020. Os cenários possível

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 4,03.

	31/12/2019			
	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Financiamentos em moeda estrangeira				
Dólar	182.786	190.463	238.079	285.695
Euro	47.033	56.187	70.234	84.281
	229.819	246.650	308.313	369.976
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (posição ativa)				
Dólar	(179.439)	(186.976)	(233.720)	(280.464)
Euro	(47.033)	(56.187)	(70.234)	(84.281)
	(226.472)	(243.163)	(303.954)	(364.745)
Exposição passiva líquida após derivativos	3.347	3.487	4.359	5.231
Efeito líquido da variação cambial – (ganho)/perda	-	140	872	1.744

Risco de crédito: É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, em outubro de 2017, a companhia concluiu sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 270 milhões e em 2019 concluiu sua segunda emissão, com exchange da primeira e valor de R\$ 350 milhões. O objetivo da Companhia foi liquidar dívidas com custo financeiro superior ao custo das debêntures, resultando consequentemente no alongamento de dívida, além do reforço do capital de giro.

Risco de inflação: Ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos da Companhia estão atrelados à inflação, a receita também um repasse baseado na inflação. Desta maneira, também há um *hedge* natural na exposição da Companhia aos índices inflacionários.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (Hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial *hedge*, exceto na linha de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

(iv) Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos

Os parâmetros utilizados foram citados no item (a).

(v) Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (Hedge) e quais são estes objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros fora do contexto apresentado no item (iii) acima.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria Financeira avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira compatível às condutas adotadas para gerenciamento de riscos e eficientes para a gestão e o resultado da Companhia.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e aprimora seus controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Neste processo, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência das informações contábeis com as informações acompanhadas pelos gestores mensalmente. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Relações com Investidores, Segurança da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão:

- (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia;
- (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos;
- (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles;
- (iv) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene;
- (v) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e
- (vi) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Riscos. Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e asseguarção das Demonstrações Financeiras está descrito nos itens a e b acima.

Adicionalmente, a administração acompanha e avalia a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e também para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis. São realizados planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2019 foi revisada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências:

1) Procedimento de reconhecimento de receita

Ponto

Com base em discussões com a Administração e em outros procedimentos realizados foi verificada a ausência de conciliação tempestiva, detalhada e automatizada dos serviços prestados e ainda não faturados, considerando inclusive a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Não obstante, pode haver atraso no input de informações no sistema quanto à data de conclusão dos laudos emitidos para certos serviços prestados, bem como do envio de informações dos exames realizados às operadoras de planos de saúde.

Adicionalmente, o reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento de todas as obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames. Dessa forma, o reconhecimento da receita não considera, em sua completude, os princípios pressupostos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente ao IFRS 15 - Revenue from Contracts with Clients). O IFRS 15/CPC 47 determina que a Companhia avalie dentre outros fatores as obrigações de desempenho dos contratos, que no caso de certos exames da Alliar é cumprida no momento da emissão do laudo com o resultado do exame e sua disponibilização para um cliente particular ou beneficiário de plano de saúde. Em decorrência de tal prática foi identificado um ajuste de auditoria, líquido de impostos e efeitos decorrentes de exercícios anteriores, na ordem de R\$ 1.276 mil.

Risco

A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, cumprimento das obrigações de performance e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem.

Recomendação

Tendo em vista o alto volume de transações, variedade de serviços, grande número de unidades operacionais, que demandam algum tempo para padronização de procedimentos, é de suma importância que a Companhia tenha um sistema de informações contábeis e gerenciais que atenda suas necessidades.

No contexto atual de processo de reconhecimento de receita, recomendamos que a Administração designe uma pessoa para revisar as conciliações tempestivamente (ao menos trimestralmente), de forma a assegurar que as conciliações sejam efetuadas regularmente e de forma adequada. A pessoa encarregada da verificação deve ser

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

uma pessoa independente do preparador e com maior nível de senioridade. A mudança no processo deve incluir uma maior interação entre os módulos financeiro e contábil, bem como uma melhor rastreabilidade das informações utilizadas para a conciliação. Além disso, as conciliações devem ser arquivadas, e sempre que possível assinadas, evidenciando a revisão. Sugerimos ainda que o processo de formalização da revisão seja feito em meio eletrônico, facilitando o seu arquivamento e rastreabilidade.

É fundamental que a Companhia e sua Administração possam informar e consultar, de forma tempestiva, as informações, como o prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo, status dos serviços no que tange seu faturamento, inclusive com associação da nota fiscal referente ao exame prestado, de forma que o reconhecimento da receita atenda, em sua completude, aos princípios do IFRS 15/CPC 47.

Recomendamos também que valores recebidos dos clientes particulares, por serviços ainda não concluídos, sejam considerados como receita diferida (passivo) e seja reconhecido como receita à medida em que os laudos forem sendo emitidos. Além disso, o departamento de TI e a contabilidade da Companhia podem trabalhar em conjunto para que a integração entre o Pleres e o Protheus receba melhorias ao ponto de possibilitar que composições analíticas sejam extraídas de forma automatizada e com layout que atenda às necessidades do processo de fechamento contábil considerando os pressupostos do IFRS 15/CPC 47.

2) Deficiência no controle de revalidação periódica de usuários e perfis do Sistema Protheus, Pleres e VetorH

Ponto

Não identificamos, durante nossos procedimentos de avaliação dos controles gerais de TI, evidências de revisão das informações da lista (IPE) utilizada para revisão dos usuários. Logo, não foi possível garantir a completude e a integridade da lista utilizada na revisão.

Constatamos que não foi feito a extração da lista de usuários posteriormente à revisão com as devidas evidências, de modo a corroborar que as revogações foram executadas como solicitado e de forma tempestiva.

Adicionalmente, verificamos que não ocorreu um retorno formal da análise feita por alguns revisores. Logo não foi possível garantir que cada um dos usuários tenha sido revisado por profissional adequado.

Apesar de existir um controle de log no qual é possível identificar as alterações feitas na planilha compartilhada na nuvem (G Suite), identificando usuário, data de alteração e posição na planilha onde o arquivo foi alterado, concluímos que é inviável a análise e identificação dos usuários que executaram a revisão, considerando o grande volume de dados (informações de log) gerados durante a revisão.

Diante do exposto, não foi possível obter segurança de que todos os usuários e perfis de acesso foram revisados por pessoas adequadas no sistema Protheus. Por fim, ao compararmos as solicitações de revogação e ajustes feitas na revisão com a lista de usuários ativos no sistema Protheus obtida posteriormente, identificamos que 17 acessos foram mantidos como ativos, apesar das solicitações de bloqueio.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No sistema Pleres não conseguimos assegurar que a revogação dos usuários ocorreu de forma tempestiva, uma vez que não foi evidenciado a data em que os usuários foram bloqueados no sistema, além disso a lista dos usuários ativo e inativos não possui a data de bloqueio. Adicionalmente, identificamos que os usuários "FTESTE" e "homologação" continuam ativos no sistema, apesar de ter sido solicitado a revogação de seus acessos.

No sistema VetorH, ao compararmos as solicitações de revogação indicadas na revisão com a lista de usuários ativos no sistema Vetorh, identificamos que 10 usuários foram mantidos como ativos, apesar das solicitações de bloqueios feitas pelos revisores.

Risco

Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados.

Os acessos a funções nas aplicações de TI são combinados em perfis, os direitos de acesso nos perfis podem conter conflitos de segregação de funções e potencializam o risco de erro material nas demonstrações financeiras.

Recomendação

Recomendamos que seja instituído um procedimento formal com periodicidade definida de revisão de usuários ativos e perfis de acesso, incluindo a identificação de funções conflitantes dentro de um mesmo perfil, a partir das listas de usuários e perfis extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais sob sua gestão considerando as atribuições de seus respectivos cargos e áreas de atuação, de modo que os profissionais possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que desempenham na empresa, visando mitigar o risco de que os usuários se tornem indevidos a partir de algum momento da sua utilização. Adicionalmente, é importante salientar que os gestores não podem revisar os próprios acessos, para que seja mantida segregação entre as funções críticas

Vale ressaltar a necessidade de, ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação, assegurar a completude e integridade dos dados visando demonstrar que não ocorreram extravios ou alterações, através de manutenção de logs ou outros fins de evidenciação de extração das informações. Adicionalmente, a Companhia precisa demonstrar quais foram as análises realizadas pelos revisores, de maneira a prover conforto de que os acessos foram avaliados por profissionais com conhecimento, autoridade e competência para executar a tarefa. Por fim, a Companhia precisa demonstrar que os acessos foram alterados de forma tempestiva, conforme a avaliação documentada pelos revisores.

3) Deficiência no controle de revalidação dos usuários terceiros e genéricos do Sistema Protheus e VetorH

Ponto

Não identificamos, durante nossos procedimentos de avaliação dos controles gerais de TI, evidências de revisão das informações da extração da lista (IPE) utilizada para revisão dos usuários. Logo, não foi possível garantir a completude e a integridade da lista utilizada na revisão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Verificamos que não foi feito a extração da lista de usuários posteriormente à revisão com as devidas evidências, de modo a corroborar que as revogações foram executadas como solicitado e de forma tempestiva.

No sistema Protheus não ocorreu um retorno formal da análise feita por alguns revisores, logo não foi possível garantir que cada um dos usuários tenha sido revisado por uma pessoa adequada. Além disso, identificamos 3 usuários ativos com acesso indevido no Protheus.

Verificamos que o controle tem como finalidade somente identificar a necessidade de bloqueio dos usuários no sistema. Isso significa que não é avaliado na revisão se os acessos de cada usuário terceiro/genérico é apropriado.

No VetorH não foi possível avaliar se 7 acessos deveriam ser mantidos ou revogados, uma vez que não foi identificado na tabela de revisão um campo contendo as ações que deveriam ser executadas para cada um desses acessos.

Adicionalmente, verificamos que o controle tem como finalidade somente identificar a necessidade de bloqueio dos usuários no sistema. Não é avaliado na revisão se os acessos de cada usuário terceiro/genérico é apropriado.

Risco

Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados.

Os acessos a funções nas aplicações de TI são combinados em perfis, os direitos de acesso nos perfis podem conter conflitos de segregação de funções e potencializam o risco de erro material nas demonstrações financeiras.

Recomendação

Recomendamos que seja instituído um procedimento formal com periodicidade definida de revisão de usuários ativos e perfis de acesso, incluindo a identificação de funções conflitantes dentro de um mesmo perfil, a partir das listas de usuários e perfis extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais sob sua gestão, considerando as atribuições de seus respectivos cargos e áreas de atuação, de modo que os profissionais possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que desempenham na empresa, visando mitigar o risco de que os usuários se tornem indevidos a partir de algum momento da sua utilização. Adicionalmente, é importante salientar que os gestores não podem revisar os próprios acessos, para que seja mantida segregação entre as funções críticas.

Vale ressaltar a necessidade de, ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação, assegurar a completude e integridade dos dados visando demonstrar que não ocorreram extravios ou alterações. Adicionalmente, a Companhia precisa demonstrar quais foram as análises realizadas pelos revisores, de maneira a prover conforto de que os acessos foram avaliados por profissionais com conhecimento, autoridade e competência para executar a tarefa. Por fim, a Companhia precisa demonstrar que os acessos foram alterados de forma tempestiva, conforme a avaliação documentada pelos revisores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções do processo de mudança dos sistemas Pleres e Vetorh

Ponto

Fomos informados pela Administração que, para os sistemas Pleres e Vetorh, os fornecedores são responsáveis pelo desenvolvimento e a Companhia responsável pelo transporte das mudanças para o ambiente de produção. Contudo, não recebemos evidências corroborativas de quais são os usuários com acessos a realizar transportes de mudanças para o ambiente de produção. Portanto, não foi possível atestar a eficácia do desenho do controle de segregação de funções entre usuários com acesso para desenvolvimento de mudanças e usuários com permissão de transporte de mudanças para os ambientes de produção destes sistemas.

Risco

Os programas em ambiente de produção não são protegidos, permitindo que os desenvolvedores façam alterações não autorizadas ou não testadas no ambiente de produção, podendo ocasionar em erro material nas demonstrações financeiras.

Existência de usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) inadequados.

Recomendação

Recomendamos que a Administração desenhe e execute um controle de revisão periódica para verificar se há segregação entre os acessos dos usuários de desenvolvedores e aqueles que podem realizar o transporte de mudanças para o ambiente de produção.

e. **Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2019. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras. Os comentários e planos de ação são apresentados a seguir:

1) Procedimento de reconhecimento de receita

Plano de Ação: a administração já iniciou os testes para a avaliação da viabilidade do reconhecimento via data laudo de forma integrada com o Pleres. Atualmente, a receita é reconhecida pela data do exame, que não difere tanto da data do laudo. Reforçamos que mensalmente há a integração do Pleres x Protheus, onde a conciliação é feita pela coordenação contábil. Adicionalmente, visto a importância do tema, a Administração elaborou uma política para reconhecimento da receita.

Responsáveis: Contabilidade

Data Prevista de Correção Dez/20

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2) Deficiência no controle de revalidação periódica de usuários e perfis do Sistema Protheus, Pleres e VetorH

Plano de Ação: Para aumentar eficiência do processo, será consolidado, via banco de dados, uma única extração de dados (query) cruzando dados da folha do tipo "nome do colaborador" status da folha, sistema de chamado para perfil de acesso e sistema Pleres status de login. Extraíndo os dados será enviado para setor responsável para validar os acessos com assinatura digital da plataforma Docusign garantido todo rastro de validação de acessos.

Responsáveis: Tecnologia da Informação

Data Prevista de Correção: Dez/20

3) Deficiência no controle de revalidação dos usuários terceiros e genéricos do Sistema Protheus e VetorH

Plano de Ação: A revisão dos usuários terceiros e de serviço foi realizada pela área de Tecnologia, documentada no formulário SAS coletando também a aprovação da Gerência do CSC com objetivo de dar clareza e ciência da necessidade dos usuários sendo eles terceiros ou de serviços. Os demais foram documentados no formulário SAS conforme procedimento interno.

Responsáveis: Tecnologia da Informação

Data Prevista de Correção: Dez/20

4) Ausência de processo de avaliação quanto à segregação de funções do processo de mudança dos sistemas Pleres e Vetorh

Plano de Ação: A área de Tecnologia irá desenvolver e divulgar o processo de criação e gestão de perfis na política de gestão de acessos, bem como modelo-padrão de segregação de funções para cada um dos sistemas, com processo de validação e aprovação dos acessos concedidos por parte do RH e do gestor responsável.

Responsáveis Tecnologia da Informação/Recursos Humanos

Data Prevista de Correção Dez/20

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

Os principais mecanismos e procedimentos são: Código de Ética e Conduta; Avaliação Mensal de Riscos; Relacionamento com Terceiros; Monitoramento de Terceiros; Relacionamento com Órgãos Públicos; Relacionamento com Órgãos Públicos; Comitê de Ética; Comitê de Risco e Compliance. Os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas sob demanda.

Código de Ética e Conduta: O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de due diligence de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia).

Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, dentro outros, o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance e anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia.

Relacionamento com Terceiros: A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

Monitoramento de Terceiros: De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Relacionamento com Órgãos Públicos: A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.

Comitê de Ética: A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que se reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 3 acima

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Companhia possui um Comitê de Ética e um Comitê de Risco e Compliance. Esses Comitês não são estatutários. O Comitê de Ética é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica. O Comitê de Riscos e Compliance é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que se reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, garantindo sua independência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições.

O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de due diligence de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Os administradores e colaboradores da Alliar devem aderir formalmente ao Código de Conduta no momento inicial de sua contratação. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia, ou ainda em: http://ri.alliar.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=547E03B5-7D11-46D7-B1C5-EFFD36905D02

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

Qualquer Administrador ou Colaborador que viole essa política ou que autorize ou permita sua violação estará sujeito a ações disciplinares, inclusive o seu desligamento. As relações com clientes, fornecedores, concorrentes, funcionários, órgãos da administração pública e representantes governamentais baseiam-se no cumprimento de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui, desde novembro de 2013, o Código de ética e Conduta. O mesmo está disponível no site da Companhia, ou ainda em: http://ri.alliar.com/download_arquivos.asp?id_arquivo=547E03B5-7D11-46D7-B1C5-EFFD36905D02

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente disponível através de número telefônico (hotline).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O canal de denúncias é destinado a todos os públicos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **e há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

As denúncias são encaminhadas para o departamento jurídico, Comitê de Riscos e Compliance, Comitê de Ética ou ainda aos órgãos responsáveis.

- c. **se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas; e**

Sim, durante os processos de *due diligence*.

- d. **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Possuímos, conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e*Efeitos de Pandemia sobre nossas Operações*

A fim de gerenciar os *Efeitos de Pandemia sobre nossas Operações*, em março de 2020 foi criado um **Comitê de Crise**, não estatutário. Nesse Comitê os principais indicadores diários são monitorados e soluções são discutidas não apenas para mitigar os efeitos da crise em nossa operação, mas também assumir um papel protagonista enquanto *player* no setor da saúde. As frentes de atuação do Comitê de Crise englobam: i) Liquidez Financeira e Reforço de Caixa, ii) Segurança dos pacientes e colaboradores, iii) Integridade Operacional e iv) Fortalecimento para o futuro da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao longo de sua história a Companhia veio apresentando um elevado crescimento na receita líquida, fruto da estratégia de expansão e consolidação traçada e executada desde sua concepção como Alliar no ano de 2011.

Esse crescimento pode ser observado na evolução da receita líquida da Companhia, que aumentou significativamente ao longo dos últimos 5 anos, saindo de R\$393,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 a R\$ 1.072,9 milhões ao final de 2019.

Já em 2019 especificamente, a receita líquida recuou ligeiramente em 0,38% comparado a 2018, passando de R\$1.076,9 milhões para R\$1.072,8 milhões. Um dos principais motivos foi a redução no quadro de unidades da Companhia, especialmente uma mega unidade na Bahia, vendida no final de 2018. A companhia contava então com 118 unidades em 2017, reduzindo para 111 unidades em 2018 e contando com 107 unidades em 2019. Mesmo com a redução da quantidade de unidades, o recuo da receita foi muito pouco expressivo. De forma similar, o número de equipamentos de ressonância magnética, um dos principais drivers do setor, apresentou uma pequena redução: em 2017 a Companhia possuía 122 equipamentos em operação, já em 2018 possuía 121 equipamentos e em 2019 passou a contar com 116 equipamentos em operação, mantendo ainda sua posição de segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

Como entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou algumas aquisições, os números contábeis dos anos das aquisições refletem apenas o resultado do período pós-aquisição.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia concluiu a aquisição de Radiologistas Associados Ltda. ("Multiscan") superando assim 25 aquisições desde a formação da Companhia em 2011. A conclusão desta aquisição ocorreu março de 2017, significando que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 contemplam somente 2 meses do resultado de Multiscan.

O lucro bruto da Companhia, composto pelo valor das receitas líquidas subtraídos pelos custos dos serviços prestados, e que havia registrado R\$ 273,4 milhões ao final de 2017, cresceu para R\$ 289,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e então recuou para R\$ 284,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma variação de -1,58%.

Com base no ritmo histórico de crescimento da receita proveniente da estratégia de expansão adotada nos últimos anos, somado à expectativa da administração de crescimento do mercado de saúde suplementar brasileiro, a Diretoria acredita que a Companhia possui todas as condições financeiras e patrimoniais necessárias para continuar entregando o seu plano de negócios.

Em termos de endividamento também a Companhia apresentou no último ano uma evolução considerável em seu indicador de dívida líquida total/EBITDA ajustado. Este passou de 2,33x no ano imediatamente anterior para 1,95x em 31 de dezembro de 2019, em linha com a atual estratégia da Companhia de reduzir sua alavancagem financeira, iniciada em janeiro de 2018 e que marcou o começo do seu terceiro ciclo de crescimento, focado em aumento de rentabilidade.

Em meio à atual pandemia do coronavírus (Covid-19), a Companhia instalou um comitê de crise e segue acompanhando diariamente os indicadores da operação (agendamentos, números de exames realizado, dentro outros) e seus impactos no resultado e também no caixa e endividamento. De qualquer forma, acredita ainda ser preliminar qualquer estimativa em relação a como esse momento atual será refletido nos resultados do ano de 2020, visto que é muito difícil prever nesse momento por quanto tempo a mobilidade das pessoas estará restrita.

Normalizado esse efeito, a Companhia espera que haja um aumento na demanda por seus serviços, devido à progressão esperada na curva de envelhecimento da população e pelo aumento da adesão a planos de saúde pela população.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no seu Earnings Release referente aos resultados de 2019, que descreve o cálculo do EBITDA e do EBITDA ajustado.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é adequada para atender as demandas e necessidades da operação e continuar executando seu plano de crescimento, primariamente através de expansão orgânica e eventualmente com novas aquisições ou parcerias.

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio líquido da alcançou R\$1.320,0 milhão, refletindo, dentre outros, a aquisição de Multiscan, em março de 2017 e a emissão de ações feita para honrar a conversão de dívida, pelo IFC - International Finance Corporation ("IFC"), em ações da Companhia (aprox. R\$35 milhões), a qual ocorreu em Maio de 2017), além do próprio crescimento do lucro da Companhia desde então.

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Capital de Terceiros a Longo Prazo)	1.081.119	909.714	1.014.729
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	1.320.002	1.299.712	1.219.461
Capital Total (Terceiros + Próprio)	2.401.121	2.209.426	2.234.190
Capital de Terceiros/Capital Total	45,0%	41,2%	45,4%
Capital Próprio/Capital Total	55,0%	58,8%	54,6%

Em 31 de dezembro de 2019, a participação de terceiros representava 45,0% do passivo total da Companhia, ainda refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

A Diretoria entende que aprimorou sua estrutura de capital principalmente a partir da abertura de capital (realizada em 2016) e com a emissão de sua 1ª e 2ª Debentures simples (concluídas em 2017 e 2019) e espera para até o final de 2020 manter seu nível de endividamento dentro de um patamar de 1,5 a 2,0x, conforme foi o caso ao final de dezembro de 2019, quando alcançou 1,95x Dívida líquida/EBITDA ajustado.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utilizou da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e eventualmente novas aquisições.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia acredita que a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos refletiu a sua estratégia de negócios focada no crescimento através da expansão orgânica e também através de fusões e aquisições.

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento por ano:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2017
(em R\$ milhares)			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	249.778	232.561	167.044
Instrumento financeiro derivativo	287	-2.313	1.260
Total do endividamento circulante	250.065	230.248	168.304
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	364.991	372.950	432.208
Instrumento financeiro derivativo	-	-	-
Total do endividamento não circulante	364.991	372.950	432.208
Total do endividamento	615.056	603.198	603.198

Apesar do total do endividamento estar um pouco acima em relação ao ano anterior, a dívida líquida total em 2019 reduziu para R\$568,6 milhões. Desta forma, o indicador dívida líquida total / EBITDA ajustado alcançou 1,95x ao final do exercício 2019. Na visão pro-forma, que reduz o EBITDA reportado em função da nova norma contábil IFRS 16, o indicador registrou 2,34x.

A redução de 16,4% no indicador de alavancagem, beneficiada pela adoção da norma contábil, reflete também os esforços da Alliar para geração de caixa livre, tendência que deve continuar a ser observada nos próximos trimestres de 2020, conforme estratégia de desalavancagem financeira da Companhia.

A principal fonte de receita da Companhia, desde a sua fundação, são exames de diagnósticos por imagem. Para sua realização são necessários equipamentos com alta tecnologia empregada, os quais, até a metade do ano de 2014, eram fabricados, na sua maioria, em outros países não sendo possível realizar o financiamento via bancos de fomento nacionais.

Neste período a Companhia buscou financiar parte de seus equipamentos com bancos internacionais, como o IFC e o KfW Development Bank ("KfW"). O contrato de empréstimo com o IFC assinado em 2 de maio de 2013 e com data de vencimento final em 15 de maio de 2020, era inicialmente composto por uma parcela atrelada ao dólar, a qual já foi convertida em ações ordinárias da Companhia (conforme item 10.1 – b) e uma parcela contabilizada em reais, no valor principal equivalente a R\$ 35,8 milhões em 31.12.2018. Referido contrato tinha como garantia o penhor das quotas de determinadas empresas controladas pela Companhia e foi quitado de forma antecipada no decorrer de 2019, de forma que o saldo em 31.12.2019 passou a ser zero.

O contrato com o KfW previa uma linha de crédito no valor de US\$ 22,5 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2022. Este contrato tinha como garantia os equipamentos Siemens adquiridos com o financiamento. O saldo devedor com o KfW foi quitado de forma antecipada em outubro de 2017. A partir de 2014 as empresas fabricantes de máquinas para realização de exames de imagem passaram a nacionalizar sua produção e, com isso, tornou-se possível o financiamento por intermédio de bancos de fomento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG e o Banco do Nordeste do Brasil.

Abaixo, seguem as principais características dos demais empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia:

Empréstimo concedido pelo Banco Santander em 15 de março de 2019 para a empresa TKS Sistemas Hospitalares (CDB), no valor de USD 9 M, que na data da transação era equivalente a R\$ 35 M. A operação é uma linha externa 4131, recurso captado em Luxemburgo, com taxa de juros de 3,78% a.a. e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Dólar, que foi designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,25% a.a. O exercício de amortização é de 1 ano, em parcela única e juros semestrais.

Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 11 de março de 2019 para a Clínica Delfin Gonzalez, no valor de EUR 4,6M, que na data da transação era equivalente a R\$ 20M. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 0,1425% a.a. e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Euro, que foi

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,30% a.a. O exercício de amortização é de 1 ano, em parcela única e juros semestrais.

Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 15 de março de 2019 para a Clínica Delfin Gonzalez, no valor de EUR 5,8M, que na data da transação era equivalente a R\$ 25M. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 0,15% a.a. e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Euro, que foi designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,30% a.a. O exercício de amortização é de 1 ano, em parcela única e juros semestrais.

Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 3 de abril de 2019 para a controladora, no valor de EUR 8M, que na data da transação era equivalente a R\$ 35 M. A operação foi referente a linha externa 4131, com taxa de juros de 0,10% a.a. e possuía instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Euro, que foi designado para hedge accounting. O swap foi indexado ao CDI, acrescido de 1,15% a.a. A amortização do principal e juros ocorreu na data do vencimento da operação.

Empréstimo concedido pelo Santander em 6 de maio de 2019 para a controladora, no valor de USD 2,5M, que na data da transação era equivalente a R\$ 10M. A operação foi referente a linha externa 4131, com taxa de juros de 3,57% a.a. e possuía instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Dólar, que foi designado para hedge accounting. O swap foi indexado ao CDI, acrescido de 1,15% a.a. A amortização do principal e juros ocorreu na data do vencimento da operação.

Em 03 de abril de 2019 a Companhia quitou o empréstimo com o IFC Banco International Finance Corporation no montante de R\$ 37,5 milhões.

Empréstimo concedido pelo Santander em 17 de julho de 2019 para a controladora, no valor de USD 14,4M, que na data da transação era equivalente a R\$ 54M. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 3,03% a.a. e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Dólar, que foi designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,19% a.a. O exercício de amortização e juros é de 6 meses e a quitação deve ocorrer em uma única parcela.

Em agosto de 2019, a Companhia concluiu a captação de recursos no valor de R\$ 350.000 através de 2ª emissão debêntures simples, não conversíveis, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação. Parte significativa dos recursos são oriundos do procedimento conhecido como *exchange*, ou seja, dos debenturistas da 1ª emissão que aderiram a oferta e assim passaram a se tornar debenturistas da 2ª emissão. Uma parte menor veio proveniente de novos recursos (aprox. R\$95)

A 2ª emissão das debêntures foi realizada em 3 séries distintas, de acordo com os vencimentos anuais em 4 parcelas, mas todas com a mesma taxa: CDI+1,10%, sendo o último vencimento para 6 anos a contar da emissão, ou seja, para julho de 2025, e a com a primeira parcela vencendo em julho de 2022:

	Valor da Emissão (R\$)	Quantidade	Vencimento final	Juros semestrais	Valor em 31/12/2019
1ª Série	10.000	15.743	Julho/25	CDI + 1,10 %	160.549
2ª Série	10.000	10.003	Julho/25	CDI + 1,10 %	101.902
3ª Série	10.000	9.254	Julho/25	CDI + 1,10 %	94.749

A 1ª e 2ª série desta 2ª emissão foram, portanto, emitidas exclusivamente para a liquidação da 1ª e 2ª série da 1ª emissão, através da aquisição e transferência facultativa dos detentores das debêntures de 1ª emissão (*exchange*).

Em agosto de 2019 o Grupo liquidou integralmente os financiamentos e empréstimos concedidos pelo BNDES no valor total de R\$ 54,9M, principalmente com recursos advindos da oferta de debêntures acima mencionada.

Empréstimo concedido pelo Santander em 7 de novembro de 2019 para a controladora, no valor de USD 10M, que na data da transação era equivalente a R\$ 40M. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 3,32% a.a. e possui

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Dólar, que foi designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,19% a.a. O exercício de amortização e juros é de 1 ano e a quitação deve ocorrer em uma única parcela.

Empréstimo concedido pelo Santander em 23 de dezembro de 2019 para a controladora, no valor de USD 4,9M, que na data da transação era equivalente a R\$ 20M. A operação é uma linha externa 4131, com taxa de juros de 3,5% a.a. e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo Swap visando proteger da variação cambial em Dólar, que foi designado para hedge accounting. O swap está indexado ao CDI, acrescido de 1,20% a.a. O exercício de amortização e juros é de 1 ano e a quitação ocorrerá em uma única parcela.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander em 13 de novembro de 2018 para a Companhia no valor de US\$ 6.7 milhões, que na data da transação era equivalente a R\$ 25 milhões. A operação é uma linha externa 4131, com juros de 5,17% a.a.. O recurso foi captado em Luxemburgo e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo swap visando proteger da variação cambial em dólar. O derivativo está indexado ao CDI, acrescido de 1,7% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única e juros semestrais, com vencimento para 08 de novembro de 2019. O recurso é destinado para capital de giro.

Empréstimos concedidos pelo Banco Santander em 19 de julho de 2018 para a Companhia no valor de R\$ 25 milhões e sua controlada TKS Sistemas Hospitalares (CDB) no valor de R\$ 25 milhões. Os empréstimos possuem como indexador CDI acrescido de 1,6% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única, com vencimento para 19 de julho de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander em 21 de junho de 2018 para a Rede Brasileira de Diagnósticos (RBD) no valor de US\$ 9.385, que na data da transação era equivalente a R\$ 35.000. A operação é uma linha externa 4131, com juros de 5,54% a.a.. O recurso foi captado em Luxemburgo e possui instrumento financeiro de derivativos do tipo swap visando proteger da variação cambial em dólar. O derivativo está indexado ao CDI, acrescido de 1,5% a.a. O período da operação é de 3 anos, com 1 ano de carência e amortização de principal e juros semestrais. O recurso foi destinado para liquidação antecipada de FINAME junto ao BDMG.

Empréstimos concedidos pelo Banco Santander em 21 de março de 2018 para a Companhia no valor total de R\$ 25 milhões e para as controladas Clínica Delfin Gonzalez no valor de R\$ 25 milhões e TKS Sistemas Hospitalares (CDB) no valor de R\$ 15 milhões. Os empréstimos possuem como indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. O período de amortização é de um ano, em parcela única, com vencimento para 18 de março de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro.

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a captação de recursos no valor de R\$ 270 milhões através de emissão debêntures simples, não conversíveis, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação.

A emissão das debêntures foi realizada em duas séries: 1ª série no valor de R\$ 168,5 milhões com vencimento em 3 anos remunerado a 116% do CDI; 2ª série no valor de R\$ 101,5 milhões com vencimento em 5 anos remunerado a 118% do CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No dia 3 de agosto de 2017 foram emitidas notas promissórias no valor total de R\$ 25 milhões, sendo estas divididas em 8 séries com vencimentos em parcelas únicas. Os títulos têm como indexador CDI acrescido de 2% a.a..

	Valor Emissão (R\$)	Quantidade	Vencto Final	Taxa	Total emitido
1ª Série	37.500	20	Nov/2017	CDI + 2,0% a.a.	750
2ª Série	35.000	20	Jan/2018	CDI + 2,0% a.a.	700
3ª Série	32.500	20	Abr/2018	CDI + 2,0% a.a.	650
4ª Série	255.000	20	Jul/2018	CDI + 2,0% a.a.	5.100
5ª Série	240.000	20	Out/2018	CDI + 2,0% a.a.	4.800
6ª Série	225.000	20	Jan/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.500
7ª Série	215.000	20	Abr/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.300
8ª Série	210.000	20	Jul/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.200

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. Até o dia 31 de dezembro de 2017, foram captados R\$33,4 milhões, divididos em subcréditos. Na controladora, foram liberados R\$355,2 mil divididos em 2 (dois) subcréditos, em 27 de julho de 2016, com 12 meses de carência e amortização em 48 parcelas mensais. O custo varia entre Selic acrescida de 5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,3% a.a., a depender dos subcréditos. Na controlada TKS, foram liberados R\$729 mil e R\$118,4 mil, em dois contratos de financiamentos, em 21 de junho de 2016 e 11 de agosto de 2016, respectivamente. A taxa de juros varia entre Selic acrescida de 5,48%/5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,0%/5,3% a.a.. Na controlada RBD (PPP), foram contratados 04 (quatro) financiamentos, com as seguintes características:

Data Início	Vencto Final	Valores Liberados (R\$ mil)	Taxa
09/12/2015	15/08/2023	7.016	Pré: 9,5%a.a. / Selic+5,7%a.a. / Selic+5,44%a.a.
12/04/2016	15/12/2023	22.369	Pré: 9,5% a.a. / Selic + 5,8% a.a.
04/09/2017	15/06/2022	1.978	Selic + 6,02% a.a. / TJLP + 5,74% a.a.
26/12/2017	15/09/2023	793	Selic + 6,12% a.a. / TJLP + 5,84% a.a.

Em 22 de junho de 2018, foi efetuada a liquidação antecipada das linhas de financiamento acima descritas da RBD (PPP).

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada RBD (PPP) e o Banco Santander, em 27 de abril de 2017, no valor total de R\$20 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,55%a.a., o período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 27 de abril de 2020. Os recursos foram destinados para capital de giro da controlada.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") e firmado com a controlada Clínica Delfin, o recurso foi destinada a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição de equipamentos. Foram liberados R\$3,6 milhões, com início em 29 de março de 2017 e vencimento previsto para 14 de fevereiro de 2022. O contrato possui carência de 12 meses, a amortização de 48 parcelas mensais com taxa de juros pré fixados em 10,59% a.a..

A Companhia detém um total de R\$69,7 milhões de dívidas contabilizadas em moeda estrangeira e, em contrapartida, um montante positivo de R\$2,3 milhões de instrumentos derivativos (SWAP) referentes aos empréstimos de 4.131, resultando numa exposição cambial líquida de R\$7,3 milhões. Tal montante representa apenas 1,2% do endividamento da Companhia. Tais montantes foram calculados com base no dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 3,8748.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019, 59% do endividamento da Companhia estava concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo mostra o mapa do endividamento atual da Companhia, em 31 de dezembro de 2019:

Em milhares de R\$	31.12.2019
Moeda nacional	
Capital de giro	4.063
Leasing e Financiamento de Equipamentos	18.450
Nota promissória	-
Debêntures	369.990
Fiança	-
(-) Custo de captação	(7.541)
Total em R\$	384.962
Moeda estrangeira USD	
Capital de giro	226.367
Leasing e Financiamento de equipamentos	3.411
Fiança	41
(-) Custo de captação	(12)
Endividamento bruto em moeda estrangeira	229.807
Circulante	249.778
Não circulante	364.991

Em 31 de dezembro de 2019, com o custo médio das dívidas em moeda nacional da Companhia era de CDI + 1,66% a.a., incluindo os instrumentos de proteção patrimonial contratados nas operações de 4131.

iii grau de Subordinação

Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da Lei nº 11.101/2005 ("Lei de Falências").

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), conforme abaixo descritos:

Debêntures – a Escritura de emissão de debêntures, apresenta o seguinte covenants: (I) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia e reorganizações societárias, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Em 31 de dezembro de 2019, todos os requisitos financeiros contratuais foram atendidos.

Em 26 de novembro de 2020, em Assembleia Geral dos Debenturistas, os debenturistas aprovaram o Waiver dos covenants acima descritos e a repactuação dos seus termos, conforme abaixo:

No 4T20, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser em valor igual ou inferior a 6,00 vezes; (ii) no 1T21, o valor deverá ser igual ou inferior a 5,25 vezes; (iii) no 2T21, o valor deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes; e (iv) no 3T21, o valor deverá ser igual ou inferior a 3,75 vezes. Nos demais períodos, o Índice Financeiro previsto na Escritura

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

volta a ser aplicado. Ou seja, o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1.f, a Companhia possui um limite de conta garantida/LIS disponível em montante correspondente a aproximadamente R\$ 40 milhões, além de possuir limite de crédito já aprovado junto aos principais bancos com o qual trabalha, que permitem linhas de capital de giro adicionais àquelas já tomadas.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2019, 31 de Dezembro de 2018 e de 31 de Dezembro de 2017.

Descrição das Principais Linhas das Nossas Demonstrações de Resultado

Receita Bruta de Serviços

A receita bruta de serviços da Companhia é composta principalmente pelos serviços prestados de medicina diagnóstica e análises clínicas pagos por operadoras de planos de saúde, hospitais, empresas, clientes particulares e poder público.

Deduções

As deduções da receita bruta de serviços da Companhia são compostas pelos impostos sociais federais PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente e pelo ISS, um imposto municipal com alíquotas variando entre 2,0% e 5,0% de acordo com o município onde as unidades de atendimento da Alliar estão localizadas prestando os serviços de medicina diagnóstica e análises clínicas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia é composto basicamente por custos fixos inerentes as operações das unidades de atendimento e custos variáveis necessários para a realização dos diagnósticos por imagem e exames de análises clínicas.

Dentro dos principais custos fixos destacam-se os custos com funcionários responsáveis pelas operações das unidades de atendimento e pelo call center, o aluguel e custos das instalações como energia elétrica e água das mesmas unidades, a manutenção dos equipamentos médicos e os serviços de terceiros, sendo esse último composto em sua maioria por serviços de limpeza e segurança das clínicas da Companhia.

Os custos variáveis para execução dos diagnósticos por imagem referem-se a honorários pagos aos médicos prestadores de serviço e materiais e medicamentos para execução dos exames de imagem e laudo médico. Para a realização dos exames de análises clínicas, a Companhia terceiriza toda operação de coleta, transporte e análise dos resultados a um laboratório de apoio que é remunerado por exame realizado, sendo, portanto, um custo variável.

Despesas gerais e administrativas

As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são referentes a despesas com pessoal, serviços de auditoria, advogados, consultorias, aluguéis, despesas gerais das instalações das unidades administrativas, despesas comerciais e com propaganda e publicidade. Também estão sendo consideradas despesas com glosas e provisão para créditos de liquidação duvidosa em todos os períodos analisados.

Outras despesas, líquidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Compõe outras despesas líquidas da Companhia principalmente o resultado líquido por baixa de ativos, despesas com viagens, impostos e taxas e provisões para contingências de possíveis ações judiciais das quais assessores jurídicos entendam como prováveis perdas.

Resultado em participação societária

Com a aquisição do Grupo Delfin em março de 2016, a Companhia passou a possuir participação societária não controladora em outra sociedade da qual o Grupo Delfin era acionista não controlador e, portanto, o resultado dessa sociedade está evidenciado na linha de Resultado em participação societária no demonstrativo de resultados dos exercícios a partir do 1º semestre de 2016.

Resultado financeiro

No resultado financeiro da Companhia estão registradas despesas financeiras com juros e encargos de empréstimos e financiamentos, taxas e fees de cartões de crédito e resultados líquidos da variação cambial sobre o endividamento em moeda estrangeira. As receitas financeiras decorrentes de rendimentos sobre aplicações financeiras do excedente de caixa da Companhia completam a constituição do resultado financeiro.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**CONTAS DE RESULTADO –**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.072.865	1.076.918
Custo dos serviços prestados	(788.049)	(787.537)
LUCRO BRUTO	284.816	289.380
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(159.023)	(175.717)
Outras despesas, líquidas	(399)	8.730
Resultado em participação societária	17.262	14.893
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	142.655	137.287
RESULTADO FINANCEIRO	(76.948)	(67.238)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	65.709	70.049
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(15.635)	(18.482)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	50.073	51.567

Receita líquida de Serviços

A Companhia se caracteriza por pertencer ao segmento de diagnóstico por imagem, porém visando sempre o crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.157.700	1.162.400
Diagnósticos por Imagem	1.002.700	1.005.100
Análises Clínicas	155.100	157.200
Rec. Construção	1.500	1.500

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2019	31.12.2018
Deduções	(86.400)	(86.880)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.072.900	1.076.900

Em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta da Companhia recuou 0,4%, passando de R\$ 1.162,4 milhões para R\$ 1.157,7 milhões. A receita de serviços de diagnóstico por imagem recuou 0,2% passando de R\$ 1.005,1 milhões em 2018 para R\$ 1.002,7 milhões em 2019.

Esse recuo na receita, se deve principalmente pela redução da quantidade de unidades e máquinas de ressonância magnética, onde a companhia reduziu 4 unidades e 5 máquinas, entre os períodos de 31 de dezembro 2018 a 31 de dezembro de 2019, sendo que o principal impacto vem pela venda da operação no Hospital São Rafael (marca Delfin, Bahia), visto que tratava-se de uma mega-unidade

A receita de análises clínicas recuou cerca de 1,3%, de R\$ 157,2 milhões no período de 2018 para R\$ 155,1 milhões em 2019, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia recuaram 0,6% em 2019, passando de R\$ 86,8 milhões no exercício de 2018 para R\$ 86,4 milhões.

Receita líquida

A receita líquida da companhia foi de R\$ 1.076,9 milhões em 2018 para R\$ 1.072,9 milhões em 2019.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo

Custo dos Serviços Prestados	31.12.2019	31.12.2018
Honorários médicos	(207.100)	(206.800)
Pessoal	(206.100)	(208.000)
Insumos e laboratórios de apoio	(129.500)	(131.100)
Manutenção	(31.800)	(27.400)
Ocupação	(46.600)	(88.000)
Serviços de terceiros	(57.100)	(50.400)
Depreciação e amortização	(108.500)	(74.400)
Custo de Construção	(1.400)	(1.400)
Total	(788.100)	(787.500)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2019 foi de R\$ 788,1 milhões, representando um crescimento de 0,1% em relação aos R\$ 787,5 milhões de 2018.

As principais variações ocorreram na linha de depreciação e amortização, onde houve um aumento de 45,8% passando de R\$74,4 milhões em 2018 para R\$108,5 milhões em 2019. Em contra partida a linha de ocupação teve uma redução de 47,0%, passando de R\$88,0 milhões em 2018, para R\$46,6 milhões em 2019 (impactos da norma IFRS 16)

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 1,6%, de R\$ 289,4 milhões para R\$ 284,8 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(Despesas) Receitas operacionais**

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais	31.12.2019	31.12.2018
Despesas gerais e administrativas	(159.023)	(175.717)
Outras despesas, líquidas	(399)	8.730
Resultado em participação societária	17.262	14.893
Total	(142.160)	(152.093)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 6,5% de R\$ 152,0 milhões para R\$ 142,1 milhões em 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas que teve uma redução de R\$9,1 milhões.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 142,6 milhões em 2019, com um crescimento de 3,9% em relação a 2018, que foi de R\$ 137,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia em 2019 foi negativo em R\$ 76,9 milhões, apresentando um aumento de R\$9,7 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ R\$ 67,2 milhões.

Esse aumento de 14,4% no total do resultado financeiro é atribuído principalmente, aos juros de arrendamento conforme adoção da norma IFRS 16. Na visão comparável de 2019 x 2018, ou seja desconsiderando a linha de juros de arrendamento, o efeito seria favorável em 15,9%, consequência principalmente da menor despesa financeira.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2019, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 65,7 milhões, R\$4,3 milhões menor que em 2018, que havia sido de R\$ 70,0 milhões.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2019 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um uma de R\$ 18,5 milhões em 2018 para R\$15,6 milhões em 2019, representando uma redução de 15,4%.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 50,0 milhões em 2019, vs lucro de R\$ 51,6 milhões em 2018, como resultado principalmente da receita ligeiramente menor.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**CONTAS DE RESULTADO –**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.076.918	1.077.876
Custo dos serviços prestados	(787.537)	(756.580)
LUCRO BRUTO	289.380	321.297
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas gerais e administrativas	(175.717)	(216.138)
Outras despesas, líquidas	8.730	(48.667)
Resultado em participação societária	14.893	13.846
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO	137.287	70.338
RESULTADO FINANCEIRO	(67.238)	(78.260)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E	70.049	(7.922)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.482)	22.563
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51.567	14.641

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.162.400	1.124.300
Diagnósticos por Imagem	1.005.100	974.500
Análises Clínicas	157.200	149.700
Rec. Construção	1.500	38.500
Deduções	(86.880)	(84.900)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.076.900	1.077.900

Em 2018, a receita bruta da Companhia aumentou 3%, passando de R\$ 1.124,3 milhões para R\$ 1.162,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 3% de R\$ 974,5 milhões em 2017 para R\$ 1.005,1 milhões em 2018.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas no passado recente.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 5%, de R\$ 149,7 milhões no período de 2017 para R\$ 157,2 milhões em 2018, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente originalmente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando a estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 5% em 2018, de R\$ 82,7 milhões no exercício findo em 2017 para R\$ 86,9 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia foi de R\$ 1.077,9 milhões em 2017 para R\$ 1.076,9 milhões em 2018.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados	31.12.2018	31.12.2017
Honorários médicos	(206.800)	(187.000)
Pessoal	(208.000)	(204.100)
Insumos e laboratórios de apoio	(131.100)	(136.700)
Manutenção	(27.400)	(28.800)
Ocupação	(88.000)	(86.000)
Serviços de terceiros	(50.400)	(54.500)
Depreciação e amortização	(74.400)	(71.100)
Custo de Construção	(1.400)	(36.300)
Total	(787.500)	(804.500)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2018 foi de R\$ 787,5 milhões, representando uma redução de 2% em relação aos R\$ 804,5 milhões de 2017, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de Custo com Construção, houve uma redução correspondente a 96% passando de R\$ 36,3 milhões para R\$ 1,4 milhões ao final de 2018.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 10%, de R\$ 321,3 milhões para R\$ 289,4 milhões no exercício de 2018, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2018	31.12.2017
Despesas gerais e administrativas	(175.717)	(216.138)
Outras despesas, líquidas	8.730	(48.667)
Resultado em participação societária	14.893	13.846
Total	(152.093)	(250.959)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 39,5% de R\$ 251,0 milhões para R\$ 152,1 milhões em 2018, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas reduziram R\$ 57,4 milhões, de uma despesa de R\$ 48,7 milhão no período anterior para uma receita de R\$ 8,7 milhões em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro operacional antes do resultado financeiro**

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 137,3 milhões em 2018, com um crescimento de 95% em relação a 2017, que foi de R\$ 70,4 milhões, devido a redução de R\$ 57,4 milhões de outras despesas líquidas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia em 2018 foi negativo em R\$ 67,2 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou um resultado financeiro de R\$ R\$ 78,2 milhões.

A redução reflete principalmente o menor endividamento líquido e o menor nível das taxas SELIC/CDI.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2018, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 70,0 milhões, frente a prejuízo de R\$ 7,9 milhões em 2017, principalmente em função do melhor resultado operacional e da redução no resultado financeiro explicado anteriormente.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2018 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um crédito de R\$ 22,6 milhões em 2017 para uma despesa de R\$ 18,5 milhões em 2018, principalmente devido aos esforços da Companhia no sentido de reduzir as ineficiências provenientes de sua estrutura societária.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 51,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 14,6 milhões em 2017, reflexo novamente do melhor resultado operacional e do menor resultado financeiro, além de um imposto de renda mais próximo aos níveis normais.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016**CONTAS DE RESULTADO**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.077.876	951.470
Custo dos serviços prestados	(756.580)	(591.019)
LUCRO BRUTO	321.297	360.451
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(216.138)	(257.275)
Outras despesas, líquidas	(48.667)	(12.703)
Resultado em participação societária	13.846	10.139
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	70.338	46.878
RESULTADO FINANCEIRO	(78.260)	(65.993)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA	(7.922)	34.619
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.563	(5.852)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.641	28.767

Receita líquida de Serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.124.300	956.900
Diagnósticos por Imagem	974.500	842.490
Análises Clínicas	149.700	114.385
Rec. Construção	38.500	64.100
Deduções	(84.900)	(69.512)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.077.900	951.500

Em 2017, a receita bruta da Companhia aumentou 14%, passando de R\$ 1.021,0 milhões para R\$ 1.162,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 16% de R\$ 842,5 milhões em 2016 para R\$ 974,5 milhões em 2017.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 31%, de R\$ 114,4 milhões no período de 2016 para R\$ 149,7 milhões em 2017, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada 'madura'. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 22% em 2017, de R\$ 69,5 milhões no exercício findo em 2016 para R\$ 85,0 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 13%, de R\$ 951,5 milhões em 2016 para R\$ 1.077,9 milhões em 2017. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$)	31.12.2017	31.12.2016
Honorários médicos	(187.000)	(163.000)
Pessoal	(204.100)	(158.800)
Insumos e laboratórios de apoio	(136.700)	(121.900)
Manutenção	(28.800)	(24.100)
Ocupação	(86.000)	(53.700)
Serviços de terceiros	(54.500)	(28.600)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depreciação e amortização	(71.100)	(66.300)
Custo de Construção	(36.300)	(60.500)
Total	(804.500)	(676.900)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2017 foi de R\$ 804,5 milhões, representando um aumento de 19% em relação aos R\$ 676,9 milhões de 2016, e superior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de pessoal, houve um aumento correspondente a 28% passando de R\$ 158,8 milhões para R\$ 204,1 milhões ao final de 2017.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 11%, de R\$ 360,5 milhões para R\$ 321,3 milhões no exercício de 2017, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
Despesas gerais e administrativas	(216.138)	(257.275)
Outras despesas, líquidas	(48.667)	(12.703)
Resultado em participação societária	13.846	10.139
Total	(250.959)	(259.839)

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 3,5% de R\$ 259,8 milhões para R\$ 251,0 milhões em 2017, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas cresceram R\$ 36,0 milhões, de uma despesa de R\$ 12,7 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 48,7 milhões em 2017.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 70,4 milhões em 2017, com uma redução de 30% em relação a 2016, que foi de R\$ 100,6 milhões, devido ao crescimento de R\$ 36,0 milhões de outras despesas líquidas em função do impacto líquido de R\$ 45,2 milhões no 4T17, compostos pela baixa de R\$ 49,5 Milhões de contas a receber, parcialmente compensado por R\$ 4,2 milhões de ganhos em outras conciliações contábeis.

Resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2017 foi negativo em R\$ 78,3 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ R\$ 66,0 milhões

A redução reflete principalmente o maior endividamento líquido e também despesas não -recorrentes para o pré-pagamento de dívidas (realizado no 4T17).

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2017, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ -7,9 milhões, frente a lucro de R\$ 34,6 milhões em 2015, principalmente em função da redução no resultado financeiro explicado anteriormente e também de uma base maior de depreciação e amortização.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2017 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ -5,9 milhões em 2016 para um registro positivo de R\$ 22,6 milhões em 2017, principalmente devido a constituição de créditos fiscais em 2017.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 14,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 28,7 milhões em 2016, reflexo das baixas contábeis realizadas no período, do resultado financeiro não recorrente e da maior estrutura de custos e despesas necessárias para arcar com o forte ritmo de expansão realizado em 2017.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 -

ATIVOS	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	88.301	73.165
Títulos e valores mobiliários		10
Contas a receber	229.645	228.961
Estoques	10.928	5.435
Ativo financeiro	31.520	31.094
Instrumento financeiro derivativo	7.649	2.313
Impostos a recuperar	34.904	40.770
Outras contas a receber	14.096	17.998
Total dos ativos circulantes	417.043	399.736
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	2.823	2.712
Depósitos judiciais	25.681	26.107
Garantia de reembolso de contingências	20.949	50.576
Partes Relacionadas	19.442	23.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133.924	128.061
Outras contas a receber		0
Ativo financeiro	75.272	79.854
Instrumento derivativo financeiro		-
Investimentos	8.951	6.625
Imobilizados	519.777	525.020
Intangível	966.126	967.239
Direito de uso	211.133	-
Total dos ativos não circulantes	1.984.078	1.809.690

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TOTAL DOS ATIVOS	2.401.121	2.209.426
-------------------------	------------------	------------------

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 191,6 milhões, representando um aumento de 8,7% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de garantia de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução de 5,7% do ativo financeiro que foi para R\$ 75,2 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTES		
Fornecedores	52.388	60.803
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	36.860	43.471
Empréstimos e financiamentos	249.778	232.561
Arrendamento mercantil	30.729	-
Instrumento financeiro derivativo	287	-
Obrigações tributárias	16.604	21.012
Parcelamento de impostos	2.276	2.277
Contas a pagar – aquisição de empresas	4.282	13.418
Dividendos a pagar	10.325	6.716
Outras contas a pagar	2.702	4.477
Total dos passivos circulantes	406.231	384.735
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	364.991	372.950
Arrendamento Mercantil	191.339	
Partes Relacionadas	542	1.025
Parcelamento de impostos	8.077	8.418
Contas a pagar – aquisição de empresas	37.704	33.368
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.618	10.294
PIS/COFINS/ISS diferidos	6.971	6.754
Provisão para riscos legais	51.793	89.429
Outras contas a pagar	2.853	2.741
Total dos passivos não circulantes	674.888	524.979
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	612.412	612.412

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reservas de capital	620.797	622.280
Ações em tesouraria	(455)	(38)
Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros	49.842	22.151
Outros resultados abrangentes	(406)	141
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.282.190	1.256.946
Participação dos acionistas não controladores	37.812	42.766
Total do patrimônio líquido	1.320.002	1.299.712
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.401.121	2.209.426

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 42,9 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não-circulante.

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, com uma redução de 68,1% ou R\$9,1milhões.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 149,9 milhões, principalmente na conta de provisão para riscos legais, reduzindo em R\$37,6 milhões conforme citado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.256,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.282,1 milhões ao final de 2019, devido, principalmente a um aumento de 125% na linha de Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 -

ATIVOS	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	73.165	91.597
Títulos e valores mobiliários	10	10
Contas a receber	228.961	219.178
Estoques	5.435	4.650
Ativo financeiro	31.094	30.676
Instrumento financeiro derivativo	-	-
Impostos a recuperar	40.770	41.153
Outras contas a receber	2.313	14.290
Total dos ativos circulantes	399.736	401.554
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	2.712	3.692
Depósitos judiciais	26.107	25.817
Garantia de reembolso de contingências	50.576	104.389
Partes Relacionadas	23.496	38.406
Imposto de renda e contribuição social diferidos	128.061	123.127
Outras contas a receber	0	0
Ativo financeiro	79.854	83.164
Instrumento derivativo financeiro	-	-
Investimentos	6.625	5.364
Imobilizados	525.020	532.523
Intangível	967.239	966.949
Total dos ativos não circulantes	1.809.690	1.883.431

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

TOTAL DOS ATIVOS	2.209.426	2.284.985
-------------------------	------------------	------------------

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 75 milhões, representando uma redução de 3,3% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro ficou praticamente estável, uma vez que a fase de investimentos (aumento de ativo) praticamente se concluiu até 2017. O ativo não circulante reduziu principalmente na conta de reembolso de contingências, que por sua vez reflete redução de similar magnitude na conta de provisão de riscos legais (passivo). Outra variação significativa do ativo não circulante foi a redução do ativo financeiro para R\$ 79,9 milhões, refletindo também o fim do ciclo de grandes investimentos na RBD (o ativo é então baixado ao longo do tempo até o final do contrato, previsto para o 2º semestre de 2026).

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
CIRCULANTES		
Fornecedores	60.803	73.410
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	43.417	52.652
Empréstimos e financiamentos	232.561	167.044
Instrumento financeiro derivativo	-	1.260
Obrigações tributárias	21.012	23.524
Parcelamento de impostos	2.277	2.212
Contas a pagar – aquisição de empresas	13.418	36.489
Outras contas a pagar	6.716	5.463
Total dos passivos circulantes	4.477	362.054
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	372.950	432.208
Instrumento financeiro derivativo	0	0
Partes Relacionadas	1.025	5.881
Parcelamento de impostos	8.418	6.960
Contas a pagar – aquisição de empresas	33.368	48.790
PIS/COFINS/ISS diferidos	10.294	5.161
Provisão para riscos legais	89.429	140.045
Outras contas a pagar	2.741	5.598
Total dos passivos não circulantes	524.979	652.676
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	612.412	612.412
Capital social a integralizar	0	0

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reservas de capital	622.280	620.222
Ações em tesouraria	(38)	(1.954)
Lucros/Prejuízos acumulados/ Reservas de Lucros	22.292	(11.220)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.256.946	1.219.460
Participação dos acionistas não controladores	42.766	50.796
Total do patrimônio líquido	1.299.712	1.270.256
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.209.426	2.284.985

O passivo circulante, por sua vez, teve um aumento de R\$ 22,7 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos. A contrapartida para o aumento na conta de empréstimos no passivo circulante foi uma redução na conta do não-circulante.

A conta circulante de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve variação relevante, refletindo principalmente o pagamento realizado em 2018 de uma parcela importante da aquisição de Multiscan.

O passivo não circulante reduziu em R\$ 125 milhões, principalmente na conta de empréstimos, conforme anteriormente citado e também houve redução importante na conta de provisão de riscos legais, como reflexo também da redução do ativo de reembolsos de contingências mencionado anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.256,9 milhões ao final de 2018, devido, principalmente, ao lucro obtido em 2018.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

ATIVOS	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	91.597	159.333
Títulos e valores mobiliários	10	37.811
Contas a receber	219.178	233.260
Estoques	4.650	6.391
Ativo financeiro	30.676	14.407
Instrumento financeiro derivativo	-	-
Impostos a recuperar	41.153	26.373
Outras contas a receber	14.290	16.854
Total dos ativos circulantes	401.554	494.429
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	3.692	5.696
Depósitos judiciais	25.817	22.050
Garantia de reembolso de contingências	104.389	139.229
Partes Relacionadas	38.406	31.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	123.127	61.530
Outras contas a receber	0	893
Ativo financeiro	83.164	64.390
Instrumento derivativo financeiro	-	-
Investimentos	5.364	4.694
Imobilizados	532.523	464.206
Intangível	966.949	878.081

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total dos ativos não circulantes	1.883.431	1.671.883
TOTAL DOS ATIVOS	2.284.985	2.166.312

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 119 milhões, representando um aumento de 5% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro teve variação elevada em função dos recursos investidos na RBD. O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.671,9 milhões para R\$ 1.883,4 milhões, representando um aumento de 13%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível, além da conta de IRCS diferido. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 88,9 milhões.

<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTES		
Fornecedores	73.410	69.737
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	52.652	41.227
Empréstimos e financiamentos	167.044	202.830
Instrumento financeiro derivativo	1.260	25.549
Obrigações tributárias	23.524	35.813
Parcelamento de impostos	2.212	2.088
Contas a pagar – aquisição de empresas	36.489	13.478
Outras contas a pagar	5.463	13.857
Total dos passivos circulantes	362.054	404.579
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	432.208	302.817
Instrumento financeiro derivativo	0	13.101
Partes Relacionadas	5.881	293
Parcelamento de impostos	6.960	6.979
Contas a pagar – aquisição de empresas	48.790	33.487
PIS/COFINS/ISS diferidos	5.161	4.452
Provisão para riscos legais	140.045	179.478
Outras contas a pagar	5.597	9.191
Total dos passivos não circulantes	652.676	549.798
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	612.412	580.910
Capital social a integralizar	0	(1.130)
Reservas de capital	620.222	615.794

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ações em tesouraria	(1.954)	(4.102)
Prejuízos acumulados	(11.220)	(17.872)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.219.460	1.173.600
Participação dos acionistas não controladores	38.335	38.335
Total do patrimônio líquido	1.211.935	1.211.935
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.234.190	2.166.312

O passivo circulante, por sua vez, teve um decréscimo de R\$ 42,5 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, visto que com a emissão da 1ª Debentures, fizemos o pré-pagamento de dívidas que venciam no curto prazo substituindo-as pelo prazo mais longo previsto na emissão.

A conta de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve aumento relevante, refletindo principalmente a aquisição de Multiscan, cujo pagamento se dará em até 5 anos da data de assinatura do contrato.

O passivo não circulante aumentou em R\$ 102,9 milhões, principalmente na conta de empréstimos e financiamentos, refletindo a emissão das debêntures mencionada anteriormente.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.211,9 milhões em 2016 para R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido, em parte, à conversão de dívida pelo IFC e também, às aquisições, que impactam o capital pela combinação de negócios realizada.

Fluxos de caixa**Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2019	31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	50.073	51.566
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas		
Depreciação e amortização	117.870	82.621
Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas	3.680	2.771
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	602	10.625
Encargos financeiros, variação cambial e derivativ.	71.108	54.644
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-
Atualização do ativo financeiro	(25.629)	(26.522)
Resultado em participação societária	(17.262)	(14.893)
Perda com dividendos desproporcionais	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.753)	3.270
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(5.296)	658
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	(5.035)	(2.449)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	34.330	17.887
Estoques	(5.493)	(785)
Outros ativos	10.391	(3.514)
Ativo financeiro	(1.476)	(1.526)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores	(8.415)	(955)
Fornecedores risco sacado	-	(11.652)
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	(6.611)	(9.181)
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	9.176	6.862
Outros passivos	(5.508)	(4.821)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.278)	(7.050)
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	14.936	13.633
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	213.410	161.189
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	166	1.073
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(5.490)	(41.101)
Partes relacionadas	3.571	10.054
Adição em investimentos	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(75.301)	(86.033)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(77.054)	(116.007)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Compra/ Alienação de ações em tesouraria	(5.712)	(1.496)
Dividendos pagos	(22.204)	(4.081)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	622.558	237.954
Juros pagos	(52.114)	(57.472)
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	(663.748)	(238.519)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(121.220)	(63.614)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.136	(18.432)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	73.165	91.597
No fim do período	88.301	73.165
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.136	(18.432)

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 213 milhões no exercício de 2019 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 161 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a norma contábil IFRS 16, que beneficiou o resultado advindo das operações (menores custos e despesas de ocupação em relação ao que seria registrado na norma antiga)

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 77,0 milhões em 2019 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 116,0 milhões no período de 2018, principalmente porque diminuiu o investimento em aquisição de controladas. Reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado (menor CAPEX), em linha com a estratégia de foco na maturação dos investimentos já realizados em períodos anteriores.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 121,2 milhões em 2019, no ano anterior havia apresentado uma geração negativa de R\$ 63,3 milhões. O principal motivo se deve ao aumento na linha de amortização de empréstimos, que passa a incluir também a partir de 2019 pelo IFRS 16 a amortização dos arrendamentos mercantis.

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2018	31.12.2017
--	-------------------	-------------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	51.567	14.640
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas		
Depreciação e amortização	82.621	79.017
Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas	2.771	7.617
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	10.625	20.267
Encargos financeiros, variação cambial e derivativ.	54.644	64.342
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	16.549
Atualização do ativo financeiro	(26.522)	(21.108)
Resultado em participação societária	(14.893)	(13.844)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.270	(7.135)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	658	(3.416)
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	(2.449)	3.581
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	17.887	49.855
Estoques	(785)	1.741
Outros ativos	(3.514)	(15.588)
Ativo financeiro	(1.526)	(38.517)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(955)	12.115
Fornecedores risco sacado	(11.652)	11.652
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	(9.181)	10.190
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	6.862	(6.203)
Outros passivos	(4.821)	483
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.050)	(8.654)
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	13.633	13.046
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	161.189	134.194
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	1.073	44.504
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(41.101)	(42.430)
Partes relacionadas	10.054	(9.071)
Adição em investimentos	-	(11.958)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(86.033)	(149.022)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	693	693
Compra/ Alienação de ações em tesouraria	(1.496)	(8.317)
Dividendos pagos	(4.081)	-
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	237.954	474.637
Juros pagos	(57.472)	(49.511)
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	(238.519)	(451.455)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(63.614)	(33.953)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(18.430)	(67.736)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	91.597	159.333
No fim do período	73.167	91.597
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(18.430)	(67.736)

Atividades operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 161 milhões no exercício de 2018 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 134 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento do lucro líquido no período.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 116,0 milhões em 2018 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 168,0 milhões no período de 2017 refletindo principalmente o fim do período de grandes investimentos realizados até o final de 2017.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 63,6 milhões em 2018 comparado a geração negativa de R\$ 33,9 milhões no período de 2017, devido principalmente à linha de captação de empréstimos, uma vez que no ano anterior um volume maior de dinheiro foi tomado emprestado dada a maior necessidade de caixa do ano anterior quando a Companhia ainda estava num ciclo de fortes investimentos (este ciclo foi concluído no final de 2017)

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.12.2017	31.12.2016
Lucro líquido do exercício	14.640	28.767
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado)		
Depreciação e amortização	79.017	54.367
Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas	7.617	1.551
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	20.267	34.937
Encargos financeiros e variação cambial	64.342	(22.444)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	16.549	80.251
Atualização do ativo financeiro	(21.108)	-
Resultado em participação societária	(13.844)	(10.139)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.135)	7.506
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.416)	-
Redução ao valor recuperável de ativos	-	1.688
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	3.581	4.452
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	49.855	(56.662)
Estoques	1.741	(948)
Outros ativos	(15.588)	(11.330)
Ativo financeiro	(38.517)	(45.457)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	12.115	12.435

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores risco sacado	11.652	
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	10.190	5.962
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	(6.203)	17.466
Outros passivos	483	5.368
Opções de ações pagas	-	(11.932)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.654)	(8.391)
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	13.046	9.868
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	134.194	78.974
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	44.504	(27.338)
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(42.430)	(2.091)
Partes relacionadas	(9.071)	(9.089)
Adição em investimentos	(11.958)	(6.500)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(149.022)	(105.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(167.977)	(150.635)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	693	280.451
Gastos com emissão de ações	-	(22.525)
Compra/ Alienação de ações em tesouraria	(8.317)	1.128
Transações com acionistas	-	(1.567)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	474.637	156.023
Juros pagos	(49.511)	(45.374)
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	(451.455)	(159.062)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(33.953)	209.074
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(67.736)	137.413
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	159.333	21.920
No início do período	91.597	159.333
No fim do período	(67.736)	137.413
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(67.736)	137.413

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 134 milhões no exercício de 2017 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 79 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a linha de encargos financeiros e variação cambial e contas à receber.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 167,9 milhões em 2017 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 150,6 milhões no período de 2016, refletindo principalmente na variação decorrente da linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 33,9 milhões em 2017 comparado a de R\$ 209,1 milhões no período de 2016, refletido principalmente na linha de amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Os diretores devem comentar sobre:

a. Resultados das operações do emissor

Somos a segunda maior rede de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nosso parque inclui 116 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 40 cidades do Brasil, onde estamos presentes através de aproximadamente 15 marcas regionais.

Em 2019 a Alliar realizou cerca de 3,0 milhões de atendimentos, crescendo tanto no número de exames de imagem como de análises clínicas. Referente aos serviços de análises clínicas, a companhia realizou mais de 10 milhões exames no ano em um mercado estimado pela ANS superior a 650 milhões exames, representando um *market share* da ordem de 1,5%. Em dezembro de 2019, 51 unidades da companhia ofereciam esse tipo de exame de um total de 107 unidades, o que continua a representar uma oportunidade estratégica de expansão desse serviço nas demais unidades, como na cidade de Salvador, marca Delfin, onde a Companhia até o final de 2019 ainda não tinha iniciado a prestação dos serviços de análises clínicas.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita líquida de R\$ 1.072,9 milhões em 2019, Rde \$ 1.076,9 milhões em 2018, e de R\$ 1.077,9 milhões em 2017.

No geral, as atividades operacionais da Companhia são afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação do mercado em geral e também de cada fonte pagadora individualmente pode influenciar a receita de prestação de serviços e o prazo de recebimento pela prestação de serviços. Em compensação a esse fato a Companhia possui uma base de unidades e seus clientes dispersa pelo país, o que minimiza de forma relevante o risco de não recebimento;
- a situação do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A Receita de prestação de serviços do grupo depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames;
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e
- a reputação das marcas regionais. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estejam de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019, os índices de preços mostraram um crescimento de preços da ordem de 4% (IPCA), superior ao que ocorreu em 2018 e 2017, mas ainda abaixo do padrão visto em outros anos anteriores quando a inflação costumava vir com taxas mais elevadas. Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Dessa forma, dentro de um possível cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, a companhia pode não conseguir ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas. Em 2019 mesmo, por exemplo, esse foi o caso, visto que a Companhia busca novos volumes (teve crescimento no número de exames), ocasionalmente abrindo mão de reajustes mais significativos nos preços.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. Introdução ou alienação de segmento operacional.****a. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Desde a sua constituição, a Companhia atua apenas em um segmento operacional: medicina diagnóstica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.Operações societárias ocorridas em 2017:

Em março 2017 foi assinado o acordo com Multiscan, onde a transação foi primariamente definida para pagamento em dinheiro (em até 5 anos), mas uma parte menor foi paga em ações da Companhia, onde os sócios-fundadores de Multiscan passaram a ser acionistas minoritários de Alliar.

<u>Ativos adquiridos e passivos assumidos</u>	
(Em milhares de R\$)	Valor justo
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	1.221
Contas a receber	4.056
Outros circulantes	235
Outras não circulantes	208
Imobilizado	23.186
Intangível	1.493
Total	30.399
Passivos	
Fornecedores	2.487
Empréstimos e financiamentos	11.843
Obrigações trabalhistas	1.074
Provisões para riscos legais	1.681
Outras obrigações	397
Total	17.482
<u>Ativos líquidos adquiridos</u>	<u>12.917</u>

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Operações societárias ocorridas em 2018:

Não houve operação societária relevante.

Operações societárias ocorridas em 2019:

Não houve operação societária relevante.

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, de 2018 e de 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As normas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de arrendamento mercantil”

Com o advento da IFRS 16, os arrendatários tiveram que passar a reconhecer o direito de uso arrendado e o passivo de pagamentos futuros relativos a praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os operacionais. A norma contábil supracitada estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A IFRS 16 determinou que apenas contratos de curto prazo ou que envolvam pequenos montantes estão isentos da aplicação de seus pressupostos.

A Administração optou por aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que foi aplicado o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente, utilizando o levantamento retrospectivo com efeito cumulativo. Portanto, foi reconhecido o passivo de arrendamento na data de aplicação inicial ao valor presente. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. Este critério de adoção foi reconhecido em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao avaliar os contratos de arrendamentos vigentes em 1º de janeiro de 2019, a Administração optou por utilizar o pressuposto de isenção previsto na IFRS 16 para contratos de curto prazo e/ou que envolvem montantes pouco relevantes para fins de análises das informações contábeis.

A Administração constatou também que os saldos atrelados à contratos de arrendamento financeiro registrados considerando a prática contábil anteriormente vigente não envolviam saldos ativos e passivos materiais. Desta forma, o Grupo aplicou as determinações da referida norma contábil sobre os contratos de aluguéis de imóveis operacionais e administrativos, os quais tiveram seus termos e condições negociadas individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfasesICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

Em 07 de dezembro de 2018, a CVM, através da Deliberação nº 804/18, aprovou a interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A Interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Esta interpretação trata:

- a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- b) as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais pelas autoridades fiscais;
- c) como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;
- d) créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- e) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeisCPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de arrendamento mercantil”

Os impactos da adoção inicial da IFRS 16 no ativo e passivo da Companhia e suas controladas foram apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 11 e 15 das demonstrações financeiras. Com adoção desta nova norma, em 1º de janeiro de 2019, o ativo foi incrementado em R\$ 237.975 representado no ativo direito de uso e, ao passivo foi somado o montante de R\$ 237.975, representado pelo arrendamento mercantil financeiro de curto e longo prazo.

Já as despesas financeiras decorrentes dos pagamentos mínimos a valor presente, são reconhecidas no resultado durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Desta forma, os saldos reconhecidos no resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro 2019:

	Controladora	Consolidado
Depreciação	(5.681)	(36.882)
Juros de arrendamento mercantil	(1.745)	(20.414)
	(7.426)	(57.296)

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o resultado antes dos tributos sobre o lucro para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi inferior no montante de R\$ 623 na Controladora e R\$ 8.759 no Consolidado, uma vez que o reconhecimento das despesas de aluguel de acordo com a norma anterior totalizaria R\$ 6.803 na Controladora e R\$ 48.537 no Consolidado.

ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

O Grupo realizou uma análise nos procedimentos adotados para cálculo dos tributos sobre o lucro e concluiu que não existem divergências entre o tratamento fiscal de acordo com a legislação vigente e às práticas contábeis adotadas atualmente.

a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, de 2018 e de 2019 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As políticas adotadas pela Companhia seguem rigorosamente as normas de contabilidade citada acima. Entendemos que qualquer alteração das normas contábeis que regulam as atividades operacionais da Companhia e instrumentos financeiros, tais como a alteração trazida pela IFRS 16 ocorrida no exercício de 2019, podem resultar em impacto relevante nas demonstrações contábeis.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

(ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.

(iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.

(vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia entende que não exista itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável, tendo em vista que todos os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Conforme apresentado na seção de 'Eventos Subsequentes' das demonstrações financeiras de 2019, publicada ao mercado em 17 de março de 2020, desde o início do presente ano o Grupo Alliar monitora a disseminação do novo Coronavírus (Covid-19), que foi considerado uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"). O Grupo realizou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 e, até o momento, não foram identificados impactos significativos que requeressem ajustes relevantes às demonstrações financeiras. No momento, não é possível medir ou antecipar os possíveis impactos econômicos e financeiros futuros decorrentes do Covid-19 e a Companhia continuará monitorando a situação.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou qualquer linha das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou qualquer linha das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Plano de negócios****a. Investimentos****(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia, desde 2011, vem investindo significativamente em crescimento orgânico e por meio de aquisições. A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	160.567	6.780	(173)	(8.248)	158.926
Máquinas e equipamentos	325.159	57.845	(392)	(55.916)	326.696
Móveis e utensílios	12.805	690	(20)	(2.352)	11.123
Equipamentos de informática	13.636	2.801	(72)	(5.455)	10.910
Instalações	3.775	1	-	(686)	3.090
Veículos	139	-	(1)	(45)	93
Adiantamento a fornecedores	8.939	-	-	-	8.939
Total	525.020	68.117	(658)	(72.702)	519.777

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferê ncias	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Benfeitorias em imóveis de terceiros	158.825	12.739	(691)	(2.112)	(8.194)	160.567
Máquinas e equipamentos	328.824	62.355	(9.745)	1.363	(57.638)	325.159
Móveis e utensílios	11.685	1.011	(28)	2.487	(2.350)	12.805
Equipamentos de informática	19.573	1.723	(43)	(1.653)	(5.964)	13.636
Instalações	4.411	8	-	32	(676)	3.775
Veículos	220	70	-	(117)	(34)	139
Adiantamento a fornecedores	8.985	-	(46)	-	-	8.939
Total	532.523	77.906	(10.553)	-	(74.856)	525.020

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

	Saldo em 31/12/2016	Adição por combinação de negócio	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em 31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	104.764	3.251	48.623	-	8.191	(6.004)	158.825
Máquinas e equipamentos	320.788	19.729	71.141	(2.592)	(20.352)	(59.890)	328.825
Móveis e utensílios	11.709	314	2.395	(435)	1.219	(3.517)	11.684
Equipamentos de informática	7.683	-	4.713	(110)	11.484	(4.197)	19.573
Instalações	4.339	-	489	-	360	(777)	4.411
Veículos	229	-	-	-	35	(44)	220
Adiantamento a Fornecedores	14.184	-	2.250	(7.449)	-	-	8.985
Outros	510	-	-	-	(510)	-	-
Total	464.206	23.294	129.611	(10.586)	427	(74.429)	532.523

- (a) Referem-se substancialmente a investimentos realizados em novas unidades inauguradas no estado de São Paulo e Minas Gerais.

O plano de investimento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo e crescendo, seja organicamente ou por meio de aquisições, conforme vem sendo realizado desde 2011.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No momento a Companhia não está realizando nenhum desinvestimento relevante.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição de Multiscan já comentada aqui pode impactar positivamente a capacidade da Companhia de crescimento no Estado do Espírito Santo.

A conclusão dos investimentos na RBD, já comentada, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento por meio da parceria com o setor público no Estado da Bahia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**c. novos produtos e serviços****(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.